

AS FONTES DE INFORMAÇÃO NOS MUSEUS DA MARINHA DO BRASIL: DO SÉCULO XVII AO SÉCULO XXI

LAURA MARIA PEREIRA COUTO*

INTRODUÇÃO

A Marinha do Brasil (MB) é uma instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, e destina-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (Constituição da República Federativa do Brasil 1988). Sem comprometimento de sua destinação constitucional, a Marinha do Brasil exerce atribuições subsidiárias, como: segurança do tráfego aquaviário, em águas jurisdicionais brasileiras, prevenção da poluição hídrica por parte de embarcações, salvamento de pessoas em perigo no mar e no interior da área marítima, assistência médica e odontológica a populações ribeirinhas e preservação do seu patrimônio histórico e cultural.

A Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM) é a Organização Militar (OM) responsável por «exercer o controle e a supervisão geral das atividades históricas e culturais desenvolvidas no âmbito interno e externo da Marinha» (Secretaria-Geral da Marinha 2021, pp. 1-1), portanto, cabe a ela fazer a custódia, a preservação e a divulgação de seus bens culturais e prestar assessoramento técnico às unidades de informação da MB, que compõem a estrutura das demais Organizações Militares da MB.

A MB contém mais de quatrocentas Organizações Militares distribuídas em nove Distritos Navais, que abrangem todo o território brasileiro. Cada OM apresenta características próprias, de acordo com a missão que lhe é atribuída e a região em que está localizada. Sete Órgãos de Direção Setorial (ODS) determinam as macroáreas da MB, quais são: Comando de Operações Navais (ComOpNav), Secretaria-Geral da Marinha (SGM), Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM), Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha (DGPM), Diretoria-Geral de Navegação (DGN), Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM) e Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN). A DPHDM está subordinada à SGM por enquadrar-se como Organização Militar responsável pela administração do patrimônio documental e cultural da Marinha. Na MB, existem 23 museus e salas de memória dedicados à conservação e à divulgação desse patrimônio.

* Marinha do Brasil. Email: laurampc88@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7019-1362>.

O presente trabalho utilizou o universo de nove museus navais, pois estes estão registrados junto ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Os demais museus, pelo porte do espaço físico, abrangência do acervo e, principalmente, atendimento restrito ao público interno, não entraram no escopo da pesquisa. Questionários avaliativos foram encaminhados aos seguintes museus da MB: Museu Naval, Museu da Aviação Naval, Museu Oceanográfico Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira, Museu Náutico da Bahia, Museu do Corpo de Fuzileiros Navais, Museu da Ilha das Flores, Museu Naval de Rio Grande, Corveta-Museu Solimões e Centro Cultural da Marinha em Santa Catarina.

O objetivo da pesquisa foi identificar as tipologias (fontes de informação) dos acervos e o grau de maturidade dos museus relacionados acima, de acordo com as determinações da Lei 11.904/2009 (Estatuto dos Museus) e do Decreto 8.124/2013. E, ainda, apresentar a importância da temática do bicentenário da Independência brasileira, que foi celebrada este ano, no âmbito da MB.

Os questionários avaliativos adotaram a seguinte classificação tipológica dos acervos: Armamentos e munição, Arqueológico, Arte sacra, Artes plásticas, Audiovisual, Botânica, Cultura popular, Documento sonoro, Documento textual, Equipamento industrializado/científico, Etnográfico, Filatelia, Fotografia, Indumentária, Instrumentos musicais, Maquinário e utensílios, Mineralogia, Mobiliário, Numismática e medalhística, Objeto de culto, Outros, Paleontológico, Uso doméstico, Uso pessoal, Veículos, Zoologia. Os museus da MB ficaram com a responsabilidade de quantificar as peças existentes em seus acervos e inseri-las nas categorias apresentadas.

Conforme citado por Dumolin, em Pinsky e Luca, org. (2021, p. 64), o documento, em todas as suas formas (escritos, sonoros, visuais, etc.), é considerado como fonte de pesquisa histórica e passível de musealização. «Cumprir então restituí-lo ao contexto, apreender o propósito consciente ou inconsciente mediante o qual foi produzido diante de outros textos e localizar seus modos de transmissão, seu destino, suas sucessivas interpretações».

Neste entendimento, os documentos arquivísticos e bibliográficos integram-se às coleções dos museus, de forma a contribuir para o enriquecimento histórico e cultural dos acervos. É o que acontece, muitas vezes, com os livros e acervos documentais de origem brasileira ou que tratam sobre o Brasil, editados entre os séculos XVI e XIX (Lei n.º 5471, de 9 de julho de 1968). Pela importância histórica e patrimonial que estes documentos oferecem à sociedade brasileira, eles não podem ser exportados para outro país e acabam sendo armazenados não somente em bibliotecas ou arquivos, mas em museus.

Os espaços de memória são lugares ideais para preservação e salvaguarda desse tipo de documento e os museus, em especial, possuem o papel de contextualizá-los com outras peças das coleções e destacar a importância que o objeto representa para determinado momento da história.

1. DESENVOLVIMENTO

Nas atividades desenvolvidas em um museu, a etapa da documentação museológica é requisito para identificação da tipologia e comunicação dos acervos à sociedade ou ao público de interesse. Conforme Novaes (2000, p. 44), «um museu que não possui suas coleções devidamente documentadas não poderá cumprir suas funções de gerador, comunicador e dinamizador de conhecimento junto ao patrimônio e à sociedade, enfim não será útil a seu público».

De acordo com o Governo do estado de São Paulo e ACAM Portinari (2010), a documentação museológica tem como função específica reconhecer os objetos museológicos como suportes de informação. A busca, o registro e a disponibilização das informações sobre o acervo devem obedecer a normas preestabelecidas. É dessa forma que ele se tornará acessível ao público, nos seus plurissignificados, seja como fonte de informação ou como produto. Ainda segundo os autores (2010 p. 52),

o conceito de verdade documental, do ponto de vista da Documentação Museológica, não equivale a uma ideia de verdade como princípio irrefutável ou referente de uma experiência investigável; mas se baseia na verificação e aplicação adequada de aspectos conceituais, culturais, jurídicos e administrativos que se valem dos recursos da classificação, da seriação, da unicidade, da determinação tipológica, das formas de descrição, do vocabulário controlado etc., para identificar os objetos de uma coleção museológica.

Nesse entendimento, as legislações em vigor determinam que os museus, públicos ou privados, devem «manter atualizada documentação sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários em consonância com o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados» e realizar «o processamento técnico e o gerenciamento dos diferentes tipos de acervos da instituição, incluídos os de origem arquivística e bibliográfica» (Decreto n.º 8.124, 2013, art.º 4.º e art.º 23).

O Plano Museológico é o instrumento de planejamento estratégico do museu, que define sua missão e função específica na sociedade, e contém o detalhamento de seus Programas: de acervo, de exposição, de segurança, etc.

O Código de Ética do Conselho Internacional de Museu estabelece que: os museus devem estabelecer e aplicar políticas que garantam que os acervos [...] e suas respectivas informações, corretamente registradas, sejam acessíveis para uso corrente e venham a ser transmitidas às gerações futuras nas melhores condições possíveis (ICOM 2009, p. 18).

De maneira geral, o Programa de Gestão do acervo, que o Estatuto dos Museus estabelece, consiste em elaborar uma política de aquisição e descarte de material e manter atualizada a documentação relativa ao objeto. «O objeto museológico, ao ser incorporado pelo museu, possui uma continuidade na construção de sua trajetória e, por consequência,

inicia uma nova história que também deve ser documentada» (Padilha 2014, p. 36). O artefato museológico deixará sua função cotidiana e passará a ter uma função simbólica, de acordo com o contexto da coleção.

No início do tratamento documental, são «verificadas questões legais e administrativas tais como: identificação da origem, procedência, cartas de doação, recibos de compra etc. Com esses dados em mãos, será atribuído um Número de Patrimônio» ao bem — número de tombo (Governo do estado de São Paulo e ACAM Portinari 2010, p. 53). Em seguida, o número de registro deverá ser atribuído ao objeto, a fim de torná-lo único e exclusivo. Dependendo da tipologia do objeto, a marcação do número de registro varia de localização. Em objeto fotográfico, por exemplo, a marcação deverá ser realizada com lápis tipo 6B, na parte de trás da fotografia, e todas as suas embalagens de acondicionamento deverão ser registradas com o mesmo número.

A ficha catalográfica é o documento que reúne e apresenta todas as características do objeto museológico, inclusive as numerações que lhe foram atribuídas. Para cada bem cultural existe uma ficha relacionada às suas características físicas (numeração, título, autor, dimensão, material, estado de conservação, etc.) e históricas (ex-proprietário, exposições, objetos associados, restauro, pesquisas, etc.).

Após a elaboração da ficha catalográfica, o museu dará uma destinação social para o objeto museológico «inserindo-o nas suas exposições, abrigando-o na reserva técnica e disponibilizando-o para estudos, ação educativa, empréstimo para outros museus etc.» (Governo do estado de São Paulo e ACAM Portinari 2010, p. 53).

A DPHDM disponibiliza o modelo de uma ficha de acervo para que cada museu da MB relacione as fontes de informação que estão sob sua guarda e descreva suas características físicas e históricas (Secretaria-Geral da Marinha 2021). Esses documentos devem ser preenchidos e entregues à Diretoria, todo ano, para controle.

Portanto, o objeto museológico, quando incorporado ao acervo, deve passar por uma série de ações (pesquisa, catalogação, organização, conservação preventiva, restauração, armazenamento, segurança, etc. e, quando exposto, é considerado uma fonte de informação e conhecimento para todos os interessados.

A seguir serão apresentadas as características dos museus da MB, com enfoque nas fontes de informação e nas homenagens dedicadas ao bicentenário da Independência do Brasil.

1.1. Museu Naval

O museu mais antigo da Marinha do Brasil, o Museu Naval, foi criado pelo Ministro da Marinha, Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto, por meio do Decreto n.º 4.116, de 14 de março de 1868; todavia, ele só foi inaugurado em 24 de março de

1884, em um dos prédios do Arsenal da Corte, com a presença do então imperador Pedro II e da família imperial (Serviço de Relações Públicas da Marinha 1984).

Em 1907, com a incorporação de objetos provenientes da Guerra do Paraguai e, conseqüentemente, com a expansão do acervo, o museu mudou-se para o prédio da antiga sede do Clube Naval, na Rua Dom Manuel n.º 15, Praça XV, Rio de Janeiro (Santos e Granato 2018).

Em meio às comemorações do centenário da independência do Brasil, no ano de 1922, o acervo do museu foi transferido para o recém-criado Museu Histórico Nacional, localizado na Praça Marechal Âncora, no centro do Rio de Janeiro. Nesse período, o país necessitava de um museu que indicasse «a trajetória da nação, no tempo, destacando os traços da História Nacional, aliada à defesa do nosso Patrimônio» (Carlan 2008, p. 81).

Em 1953, com a implantação do Serviço de Documentação Geral da Marinha, o museu ficou veiculado a este, mas somente em 10 de agosto de 1972 voltou para o prédio localizado à Rua Dom Manuel, n.º 15, onde permanece instalado até hoje (Serviço de Relações Públicas da Marinha 1984). Nesse ínterim, o Museu sofreu revitalizações, mudanças estruturais e administrativas. Em 2008, o Serviço de Documentação Geral da Marinha foi renomeado para Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).

Atualmente, o museu possui sob sua guarda cerca de 23 000 objetos museológicos. Compõem o seu acervo: 1438 armamentos e munições, cerca de 3715 artefatos arqueológicos subaquáticos, cerca de 1500 obras de arte, 383 equipamentos industrializados e científicos, 300 selos, 456 vestimentas, 309 maquinários, 7719 medalhas e moedas, 4101 artefatos de uso doméstico, dois museus-navios, um submarino-museu, uma aeronave-museu, um carro anfíbio-museu. 3149 itens do acervo estão classificados como outros. O acervo do museu está distribuído também pelos espaços da Ilha Fiscal e do Espaço Cultural da Marinha, ambos localizados na zona central da cidade do Rio de Janeiro. O objeto mais antigo, datado em 1648, é o astrolábio do galeão Santíssimo Sacramento, no qual foi naufragado em Salvador/BA, no ano de 1668.

Os documentos bibliográficos e arquivísticos estão sob custódia da Biblioteca da Marinha e do Arquivo da Marinha, respectivamente, ambos subordinados à DPHDM.

A exposição permanente *O Poder Naval na Formação do Brasil* faz parte do Circuito Expositivo e ocupa sete salas do pavimento térreo do museu. Como forma de comemoração do bicentenário da independência, foram implementadas as seguintes ações: a) exposições temporárias: *O Atlântico Sul na construção do Brasil independente* e *Do Amazonas ao Prata: a Força Naval na conformação de um território brasileiro unificado*, que apresentaram em suas mostras um número expressivo de mapas e livros dos séculos XVIII e XIX; b) exposições itinerantes *A Marinha e os 200 anos da Independência* — banners portáteis

sobre o assunto foram distribuídos às Organizações Militares da MB; e c) revitalização de duas salas do Circuito Expositivo do Museu.

O Museu Naval possui ainda uma sala de ação educativa, onde ocorrem peças teatrais e atividades de arte-educação para o público infantojuvenil. O projeto *Museu Naval em Cena* divulga de forma lúdica parte da exposição *O Poder Naval na Formação do Brasil*, em ambiente virtual (<https://www.marinha.mil.br/dphdm/museu-naval-em-cena>).

1.2. Museu Oceanográfico Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM)

O Museu Oceanográfico do IEAPM «originou-se da ideia de expor um esqueleto de uma Orca com seis metros de comprimento, que havia encalhado e sucumbido» às margens da praia da ilha do Cabo Frio (RJ), em 1981 (IEAPM [s.d.]). O local expõe parte da história de naufrágios ocorridos na região de Arraial do Cabo (RJ) e apresenta resultados de pesquisas na área de Ciências do Mar (oceanografia, acústica submarina, biologia marinha, etc.), desenvolvidas pela MB. Localiza-se na Praça Daniel Barreto, s/n, Praia dos Anjos, Arraial do Cabo.

Atualmente, o Museu Oceanográfico possui 509 objetos inventariados. São eles: equipamentos científicos (64), artes plásticas (53), armamentos (51), arqueologia subaquática (33), uso pessoal (12), uso doméstico (105), numismática e medalhística (13), cultura popular (1), outros (177).

Neste ano, a exposição itinerante *Um mar chamado tempo: 200 anos de avanços tecnológicos na Marinha do Brasil* foi montada em uma das salas do museu, de forma a homenagear o bicentenário da independência brasileira. A DGDNTM, organização à qual o IEAPM está subordinado, foi a Organização Militar responsável pela produção da exposição.

1.3. Museu da Aviação Naval

O Museu da Aviação Naval foi criado em 23 de agosto de 2000, a fim de preservar e difundir a história da Aviação Naval, que completou este ano 106 anos. O museu está localizado na Base Aérea Naval, no município de São Pedro da Aldeia, Rio de Janeiro. Ele possui um acervo diversificado com elementos que representam as quatro fases da Aviação Naval, que foram cedidos pelos Esquadrões do Complexo Aeronaval.

O valor aproximado do acervo é de 1000 itens, mas na exposição permanente constam 247 itens inventariados: 30 documentos textuais, 100 fotografias, 6 artes plásticas (maquetes), 15 medalhas, 3 objetos de uso pessoal, 5 objetos de uso doméstico, 25 indumentárias, 5 armamentos, 14 aeronaves, 16 maquinários e utensílios, 8 equipamentos científicos e 20 peças classificados como outros, dentre estas estão: 3 placas, 4 painéis,

5 panóplias, 2 emblemas e 6 flâmulas. O objeto mais antigo do museu é o livro do médico e inventor Dr. Ribas Cadaval, de 1908.

Especialmente no ano em que se comemorou o bicentenário da independência do Brasil, foi inaugurada a exposição *São Pedro da Aldeia: morada da Aviação Naval*, na Casa de Cultura de São Pedro da Aldeia. A mostra reuniu mais de 30 artefatos que demonstram a atuação dos militares do Comando da Força Aeronaval (ComForAerNav), que, desde a década de 1960, está localizado na região. Entre os objetos expostos, uma antena do radar da aeronave UH-15 *Super Cougar*, que realiza varreduras a grandes distâncias, e um motor turboeixo, empregado em aeronaves de asas rotativas (helicópteros). Além disso, compuseram a mostra equipamentos, uniformes, armamentos, fotografias, réplicas em miniatura de aeronaves e painéis explicativos sobre a participação da Marinha no processo da independência brasileira.

A exposição no Centro de Cultura ficou aberta durante o mês de agosto de 2022. Dessa forma, a curadoria do Museu da Aviação Naval possibilitou a difusão de conhecimento a centenas de moradores, alunos e turistas que visitaram a Região dos Lagos, no Rio de Janeiro.

O Museu da Aviação Naval disponibiliza sua coleção fotográfica, em formato virtual, no *site* do ComForAerNav (https://www.marinha.mil.br/comfoaerNav/_menufases) e oferece um *tour* virtual pelas dependências do museu (www.tourvirtual360.com.br/museu_aviacaonaval/).

1.4. Museu Náutico da Bahia

Instalado no Forte de Santo Antônio da Barra, na cidade de Salvador, o Museu Náutico da Bahia foi uma das primeiras edificações militares do Brasil. Ele reúne valioso acervo de achados arqueológicos subaquáticos, uma coleção de instrumentos náuticos e extenso conteúdo textual, dentre eles, oito obras raras, com o objetivo de preservar e divulgar aspectos históricos da vida marítima, militar e administrativa da primeira capital do país.

O museu possui salvaguardado 8041 itens, dentre estes, 6378 são documentos textuais. O acervo é constituído por: 2 armamentos, 1185 peças arqueológicas, 9 artes sacras, 100 artes plásticas, 15 documentos audiovisuais, 517 livros, 101 revistas, 1072 artigos, 380 folhetos, 35 cartões postais, 30 impressos, 34 cartas náuticas, 112 equipamentos científicos, uma peça etnográfica, 4263 fotografias, 1 indumentária, 13 medalhas, 19 selos, 126 heráldicas, 22 objetos de culto, 418 objetos de uso doméstico, 184 objetos de uso pessoal e 162 objetos classificados como outros.

Os objetos mais antigos do museu são provenientes do sítio Galeão Sacramento, do século XVII. Destaque para os dois meios-canhões com data de fundição de 1649.

Não houve exposição comemorativa pelo bicentenário da independência do Brasil, mas para 2023 o museu náutico planeja uma exposição sobre os 200 anos do «2 de julho

de 1822», data em que as ações navais contribuíram para a expulsão dos marinheiros portugueses na Bahia, em virtude da Independência do Brasil, proclamada em setembro de 1822.

1.5. Museu do Corpo de Fuzileiros Navais

Localizado no sítio histórico da Fortaleza de São José da Ilha das Cobras, no centro do Rio de Janeiro (RJ), o Museu do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) está situado nas antigas instalações da Brigada Real da Marinha (Armada Portuguesa), origem do atual Corpo de Fuzileiros Navais.

O local pertence à Marinha desde a época em que se fazia o escoamento do ouro das Minas Gerais pelo Rio de Janeiro, no século XVIII. Do lado de fora do museu, exemplares de canhões revelam parte do poder naval brasileiro. Na área interna, dois túneis subterrâneos guardam e expõem medalhas, moedas, bandeiras, pinturas, documentos textuais (revistas, livros de registro, cartas, etc.), peças arqueológicas, fotografias, armamentos, equipamentos mecânicos, uniformes, veículos militares, em memória a atuação dos fuzileiros navais no Brasil e no mundo. Remanescentes arqueológicos do século XVII são os objetos mais antigos expostos. O acervo encontra-se em processo de tombamento e documentação, não sendo possível, no momento, apresentar um quantitativo exato por tipologia.

O museu foi o responsável por montar a exposição do XXIV Salão de Artes Plásticas do CFN, que teve como tema principal o Bicentenário da Independência. O evento foi realizado no Centro Cultural dos Correios do Rio de Janeiro, entre os dias 9 de agosto e 20 de setembro de 2022.

1.6. Museu da Ilha das Flores

Desde o ano de 2010, a Marinha do Brasil (MB) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) mantêm um convênio de cooperação que visa preservar a memória da imigração no Brasil, particularmente da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, que funcionou de 1883 a 1966, sendo a primeira hospedaria de imigrantes do governo imperial. Em 2016, o Museu da Imigração da Ilha das Flores, localizado em São Gonçalo, Rio de Janeiro, foi inaugurado com essa finalidade. O Comando da Tropa de Reforço é a Organização Militar da MB responsável pela administração física do Museu e o Centro de Memória da Ilha das Flores (grupo de pesquisa da Faculdade de História da UERJ) é responsável pela parte acadêmica.

Atualmente, as mostras do museu são compostas pelo Circuito a Céu Aberto e pelas Exposições Interativas Permanentes, localizadas na Casa do Intérprete. No Circuito a Céu Aberto, os visitantes são acompanhados por monitores militares e estudantes do Curso de

História da UERJ, que percorrem por totens interativos instalados na área do Complexo Naval da Ilha das Flores.

O acervo do museu é constituído, basicamente por documentos audiovisuais, divididos em três ambientes: um vídeo com a história da Ilha das Flores, uma projeção com diversas imagens de experiências imigratórias e cinco painéis interativos que contém informações de diversos períodos da história.

Os documentos fotográficos e textuais (livros de registros, reportagens de imprensa, produções acadêmicas, mapas, fotos, etc.) subsidiam os documentários expostos. O Museu da Imigração da Ilha das Flores disponibiliza ainda parte de seu material produzido no *site*: <https://www.miif.org.br>.

1.7. Museu Naval de Rio Grande

O Museu Naval de Rio Grande, localizado na Vila Militar de Rio Grande, Rio Grande do Sul, foi inaugurado em 2001. É um espaço destinado à preservação da memória e à divulgação das atividades desenvolvidas pela Marinha do Brasil, na região sul do país, representada pelo Comando do 5.º Distrito Naval.

O acervo do museu contém 163 objetos sob sua guarda. Sua tipologia está distribuída em: 4 armamentos e munições, 2 objetos arqueológicos, 43 artes plásticas, 1 documento audiovisual, 6 documentos bibliográficos, 11 equipamentos científicos, 68 fotografias, 3 indumentárias, 12 maquinários, 1 mobiliário, 3 medalhas, 9 expositores. Duas granadas de artilharia naval disparadas durante a reconquista do Rio Grande, do ano de 1776, e uma maquete de representação do Forte Jesus Maria José, do ano de 1737, são os objetos mais antigos do museu.

Em comemoração ao bicentenário da Independência do Brasil foi realizado o evento *Um Dia no Museu*, com roteiros de visita guiada para grupos pré-agendados. Os visitantes puderam conhecer ainda a Praça Heróis Navais, localizada à frente do museu, onde está localizado o monumento Almirante Tamandaré, o Patrono da Marinha, o Memorial aos três heróis navais do Rio Grande e o Monumento do Imperial Marinheiro Marcílio Dias.

1.8. Corveta-Museu *Solimões*

A partir de 19 de março de 2008, a corveta *Solimões* tornou-se um navio-museu, aberto à visita pública. Ela está ancorada no píer da Casa das Onze Janelas, em Belém/PA, e está subordinada ao Comando do 4.º Distrito Naval.

O navio foi incorporado à Marinha do Brasil em 3 de agosto de 1955 e desempenhou diversas comissões, como o desencilhamento e reboque de navios, patrulhas navais (inclusive de fronteiras), serviços de busca e salvamento, transporte de tropas e ações de assistência cívico-social junto às populações ribeirinhas da Amazônia Oriental.

O navio-museu possui 158 objetos inventariados, mas grande parte desses bens encontra-se sob custódia dos museus do estado do Pará, do Parque Zoológico Mangal das Garças e do museu de Arte Sacra do Pará. A tipologia do acervo está assim categorizada: 49 equipamentos científicos, 35 medalhas, 21 armamentos, 20 artes plásticas, 19 indumentárias, 8 maquinários/utensílios e 6 objetos de uso doméstico.

1.9. Centro Cultural da Marinha em Santa Catarina

O Centro Cultural da Marinha em Santa Catarina (CCMSC), inaugurado em 29 de junho de 2016, é uma instituição que funciona em regime de coadministração entre a Marinha do Brasil, por meio da Capitania dos Portos de Santa Catarina, e o Instituto Cultural Soto (ICS). A MB é responsável pela estrutura física que abriga o CCMSC e o ICS é responsável pelo acervo e obrigações legais decorrentes deste. O objetivo principal do espaço é a divulgação da mentalidade marítima e importância do Poder Naval para a formação da nacionalidade brasileira.

O museu está situado no centro de Florianópolis, no antigo Forte Santa Bárbara, e possui um acervo dedicado ao Império brasileiro, com cerca de 1800 peças expostas.

O objeto mais importante é o esboço textualmente descrito do primeiro símbolo nacional, o Escudo de Armas do Império do Brasil, desenvolvido por membros da Comissão Francesa e trazido por D. João VI.

Em 3 de setembro deste ano, o CCMSC realizou o evento *Um dia no Museu*, como parte das comemorações alusivas aos 200 anos da Independência. Na ocasião, os visitantes, em sua maioria crianças, tiveram uma programação diferenciada, com o «propósito de estimular o espírito cívico e a valorização dos símbolos nacionais» (Comando da Marinha do Brasil 2022).

1.10. Museus da MB x museus brasileiros

Os museus da MB aqui apresentados possuem cadastro na plataforma Museusbr (<http://museus.cultura.gov.br/>), conforme determinação da Portaria n.º 215, de 2021, do IBRAM. A plataforma possui como princípios a utilização de *software* livre e a gestão participativa de usuários para atualização de informações sobre os museus brasileiros. Entre as informações disponíveis, estão mapas georreferenciados e o local e o horário de funcionamento dos museus.

A maioria dos museus da MB concentra-se na região sudeste (5), em seguida, na região sul (2), e por último nas regiões nordeste e norte do país (um museu em cada região geográfica). Tanto na MB, quanto no Brasil, as regiões sudeste, sul e nordeste possuem, nessa ordem, o quantitativo mais elevado de museus, sendo forte a presença nas capitais brasileiras. No Brasil, as cidades de São Paulo (169), Rio de Janeiro (155), Porto Alegre (83), Brasília (81) e Salvador (79) são as cinco capitais que possuem o maior número de

museus em suas áreas de jurisdição, o que demonstra que a «densidade populacional, a renda média e a dispersão geográfica de órgãos gestores da cultura» têm influência direta na quantidade dos museus nas cidades brasileiras (IBRAM 2011, p. 41). Na MB, o estado do Rio de Janeiro possui o maior número de museus. Isso se justifica porque a sede da Esquadra brasileira situa-se na cidade do Rio de Janeiro.

Em relação a tipologia dos acervos, a fonte de informação mais recorrente nos museus da MB são (ordem decrescente): medalhas e moedas (7798), arqueologia subaquática (4937), uso doméstico (4630), documentos fotográficos (4431), documentos textuais (2205), artes plásticas (1669), armamentos (1521), equipamentos científicos (504), indumentárias (504), maquinários (345), selos (319), objetos pessoais (199), documentos audiovisuais (23), artes sacras (9), peça etnográfica (1), cultura popular (1) e mobiliário (1).

A pesquisa do IBRAM, realizada em 2010, revelou que a tipologia mais comum dos acervos museológicos do Brasil, naquela época, eram: bens culturais que ilustram acontecimentos históricos (67,5%), seguida por artes visuais (53,4%) e documentos fotográficos e audiovisuais (48,2%).

No quesito «documentação museológica», oito dos nove museus da MB declararam realizar gestão documental dos bens culturais, entretanto, o museu do CFN e o de Santa Catarina não forneceram informações detalhadas sobre os seus acervos e alguns museus apresentaram inventários aproximados (Museu Naval e Museu da Aviação Naval). O diagnóstico realizado pelo IBRAM, em 2010, também constatou dificuldade dos museus brasileiros em efetuarem inventários completos de seus acervos (IBRAM 2011, p. 104).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço da MB em garantir que a sua história e os seus bens culturais sejam preservados é constatado pela quantidade de museus existentes na Instituição e pela existência do Órgão de Direção Especializada, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Dos nove museus analisados, quatro se utilizam de prédios tombados da União para guarda e divulgação do seu múltiplo e variado acervo museológico (museus Naval, do CFN, náutico da Bahia e de Santa Catarina).

Grande parte das exposições permanentes dos museus da MB é formada por medalhas, artefatos arqueológicos subaquáticos, objetos de uso doméstico e documentos fotográficos e textuais. Não foram encontrados instrumentos musicais, objetos minerais, de culto, sonoros, paleontológicos e zoológicos nos museus da MB, o que revela o caráter predominantemente histórico e funcional de seus acervos. Dentre os objetos classificados como «outros» estão as insígnias e os objetos cerimoniais.

As peças mais antigas dos museus da MB (século XVII) foram resgatados do sítio arqueológico Galeão Sacramento. Um dos motivos dos acervos museológicos da MB

possuírem um número expressivo de medalhas antigas e objetos arqueológicos é porque esses bens não podem sair do país (Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961).

Ainda existem poucos documentos audiovisuais caracterizados como peças museológicas, entretanto, merece destaque o acervo do Museu da Ilha das Flores, que é constituído basicamente por imagens em movimento. Dessa forma, o conteúdo histórico e cultural do museu tem cativado o público de todas as idades, em especial, os jovens. Em relação aos documentos bibliográficos, o Museu Náutico da Bahia é o que armazena maior número de itens. Entre os fatores, está a representação da cidade de Salvador como espaço de tradição histórica, por ter sido uma das cidades mais antigas do Brasil.

Como forma de comemoração do bicentenário da Independência brasileira, a maioria dos museus da MB realizou programas diferenciados e organizou exposições relacionadas ao tema. A Independência do Brasil configurou um marco importante para a criação da primeira Esquadra Brasileira, em 10 de novembro de 1822, pois a participação conjunta da Marinha Imperial, à época, foi decisória no combate às forças navais que se opunham à Independência.

Como corrobora Santos e Granato (2018, p. 147) os objetos museológicos, na MB, precisam de maior exploração documental «no sentido da pesquisa, tanto do lado da confecção, no que diz respeito ao material usado, quanto em alguns casos no lado da história do objeto: seu uso, trajetória, desdobramentos até chegar à musealização».

A DPHDM oferece instrumentos de documentação museológica padronizados, no entanto, as singularidades dos acervos precisam ser consideradas por quem cataloga o acervo e a falta de pessoal nos museus da MB dificulta o gerenciamento completo do acervo. De maneira geral, nas Forças Armadas, há

uma cultura de preservação do patrimônio material [...], que não é percebido na maioria das instituições governamentais. Por outro lado, na maioria das vezes, não há especialistas suficientes para dar conta dessa atividade, o que muitas vezes resulta em procedimentos inadequados para a preservação desse vasto patrimônio cultural (Santos e Granato 2018, pp. 130-131).

O registro na plataforma Museusbr pelos museus de pequeno porte da MB, como as «salas de memória» ou «salas de exposição», aumentaria a visibilidade da MB perante a comunidade nacional e internacional. Todos os museus analisados neste trabalho estão cadastrados na plataforma e os museus Naval, da Aviação Naval e da Ilha das Flores possibilitam a visitação virtual do acervo, através de seus próprios sites. O Museu da Aviação Naval oferece um *tour* virtual e disponibiliza o acervo fotográfico em seu site; o Museu Naval divulga, de forma lúdica, parte da exposição *O Poder Naval na Formação do Brasil*, por meio de vídeos no YouTube e por meio de arquivos fotográficos; e o Museu da Ilha das Flores também divulga parte de seu acervo fotográfico. Conforme Gob e Drouguet

(2019, p. 124), a visita do indivíduo ao museu inicia-se pela visualização de seu *site*, na *internet*, a fim de buscar «informações práticas, comprar um ingresso, fazer uma visita virtual ou ler comentários sobre as obras expostas ou monumento que se vai visitar».

Como conclusão deste trabalho, a Marinha do Brasil, desde 1868, com a existência do seu primeiro museu naval, tem-se empenhado em colecionar e preservar os bens culturais, no intuito de cumprir com os normativos vigentes. Por outro lado, os museus das Organizações Militares da MB têm potencialidade para aprimorar a comunicação de seus acervos, à medida que ocorre uma eficiente gestão das informações sobre os acervos (documentação museológica).

REFERÊNCIAS

- CARLAN, C. U., 2008. Os museus e o patrimônio histórico: uma relação complexa. *História* [Em linha]. 27(2), 75-88 [consult. 2022-11-07]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742008000200005>.
- Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 [Em linha] [consult. 2022-11-07]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- COMANDO DA MARINHA DO BRASIL, 2022. *Marinha promove evento «Um dia no Museu», em Florianópolis (SC)* [Em linha] [consult. 2022-11-07]. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-promove-evento-um-dia-no-museu-em-florianopolis-sc>.
- Decreto n.º 8.124, de 17 de outubro de 2013. *Diário Oficial da União* [Em linha]. Brasília, DF [consult. 2022-11-07]. Regulamenta dispositivos da Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei n.º 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm.
- GOB, A. e N. DROUGUET, 2019. *A museologia: história, evolução, questões atuais*. Rio de Janeiro: FGV.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, e ACAM PORTINARI, 2010. *Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes* [Em linha]. Brodowski, SP: Fundação Energia e Saneamento [consult. 2022-11-07]. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Documentacao_Conservacao_Acervos_Museologicos.pdf.
- IBRAM [INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS], 2021. Portaria n.º 215, de 4 de março de 2021. *Diário Oficial da União* [Em linha]. Brasília, DF. Seção 1 [consult. 2022-11-07]. Dispõe sobre a instituição da plataforma Museusbr como sistema nacional de identificação de museus e plataforma para mapeamento colaborativo, gestão e compartilhamento de informações sobre os museus brasileiros. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Portaria-215.pdf>.
- IBRAM [INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS], 2011. *Museus em números: volume 1* [Em linha]. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus [consult. 2022-11-07]. Disponível em: <http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/05/museus-em-numeros-volume1-bra.pdf>.
- ICOM [CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS], 2009. *Código de ética do ICOM para museus: versão lusófona* [Em linha] [consult. 2022-11-07]. Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=30.
- IEAPM [INSTITUTO DE ESTUDOS DO MAR ALMIRANTE PAULO MOREIRA], [s.d.]. *Histórico do Museu Oceanográfico* [Em linha]. Arraial do Cabo [consult. 2022-11-07]. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/ieapm/museu_historico.

- Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961. *Diário Oficial da União* [Em linha]. Brasília, DF. Seção 1 [consult. 2022-11-07]. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm.
- Lei n.º 5.471, de 9 de julho de 1968. *Diário Oficial da União* [Em linha]. Brasília, DF. Seção 1 [consult. 2022-11-07]. Dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5471.htm.
- Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009. *Diário Oficial da União* [Em linha]. Brasília, DF [consult. 2022-11-07]. Institui o estatuto de museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm.
- NOVAES, L. R., 2000. Da organização do patrimônio museológico: refletindo sobre documentação museológica. Em: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Museologia Social*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura.
- PADILHA, R. C., 2014. *Documentação museológica e gestão de acervo* [Em linha]. Florianópolis: FCC [consult. 2022-11-07]. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8212981-Documentacao-museologica-e-gestao-de-acervo.html>.
- PINSKY, C. B., e T. R. de LUCA, org., 2021. *O historiador e suas fontes*. 7.ª reimpr. São Paulo: Contexto.
- SANTOS, M. B., e Marcus GRANATO, 2018. As instituições da Marinha no Rio de Janeiro e a preservação de bens culturais. *Museologia e Interdisciplinaridade* [Em linha]. 7(17), 128-150 [consult. 2022-11-07]. Disponível em: <https://doi.org/1026512/museologia.v7i14.18390>.
- SECRETARIA-GERAL DA MARINHA, 2021. *SGM-501: normas para gestão de bens culturais*. 5.ª revisão. Brasília: Secretaria-Geral da Marinha.
- SERVIÇO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA MARINHA, 1984. *Nomar*. 18(490), 4-5. Rio de Janeiro: Serviço de Relações Públicas da Marinha.